



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

REQUERIMENTO – BAIXA DE DÉBITOS POR PRESCRIÇÃO

1. Identificação do sujeito passivo/Requerente

Nome/Razão social		CPF/CNPJ
E-mail:		Telefone/Celular:
Logradouro		Nº
Bairro		Complemento
CEP	Inscrição Municipal/cadastral:	Código Imóvel (*):

(*) Para débitos relativos ao IPTU

2. O sujeito passivo acima identificado vem requerer, respeitosamente, o cancelamento do(s) débito(s) tributário(s) lançado(s) na inscrição acima, tendo em vista ter (em) sido atingido (s) pelo instituto da PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme art. 289, da Lei 3.080/2010 (Código Tributário do Município de Lagoa Santa);

3. A análise requerida deverá abranger os débitos abaixo:

TRIBUTO	ANO	COMPETÊNCIA (*)

(*) Preencher apenas em casos de débitos relativos ao ISSQN, informando o mês de referência.

4. Declaro estar ciente de que a ausência de quaisquer documentos necessários à comprovação dos direitos requeridos, bem como a não apresentação no prazo estabelecido pela repartição fazendária de quaisquer outros complementares, acarretará no arquivamento deste pedido.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Lagoa Santa, ____ de _____ de 20__.

Sujeito passivo/Requerente



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Prescrição De Dívida Ativa

Ord.	Documento
1.	Requerimento padrão, devidamente assinado pelo sujeito passivo ou representante legal;
2.	Cópia de RG e CPF, do requerente;
3.	Documento de Procuração, se for o caso;
4.	Cópia da guia ou extrato relativo ao tributo para o qual se pretende a prescrição
5.	Se requerimento for relativo a tributos imobiliários, caso o imóvel não esteja em nome do requerente, cópia do contrato de compra e venda e/ou documento que comprove a propriedade.

Observações:

- 1) Somente o representante legal do tributo, ou seu representante legal, pode requerer a prescrição.
- 2) O servidor público dará autenticidade nas cópias dos documentos apresentados pelo requerente, após conferi-las com os respectivos originais exibidos.
- 3) A autoridade competente para analisar o pedido poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas;
- 4) O não atendimento das solicitações da autoridade competente, no prazo estipulado, ou a falta dos documentos necessários a instrução do pedido acarretará no arquivamento do processo sem análise do mérito.